
OS TRABALHADORES TAMBÉM SÃO NOTÍCIA: A RELAÇÃO DOS OPERÁRIOS ALAGOANOS COM OS JORNAIS NOS ANOS 1950¹

WORKERS ARE ALSO NEWS: THE ALAGOANOS' WORKERS RELATIONSHIP WITH NEWSPAPERS IN THE 1950th

Anderson Vieira Moura²

Resumo: Durante a década de 1950 circulavam em Alagoas três grandes jornais: o *Diário de Alagoas*, a *Gazeta de Alagoas* e o *Jornal de Alagoas*. Além destes representantes da chamada “grande imprensa”, havia o periódico semanal do Partido Comunista do Brasil (PCB): *A Voz do Povo*. Cada um, a sua maneira, dirigia-se de alguma forma aos operários urbanos de Maceió. No entanto, a questão é: qual o alcance destes veículos e sua inserção na classe trabalhadora? Além disto, torna-se necessário compreender a base ideológica de cada um dos órgãos, tentando entender a razão de se buscar a um público que até pouco tempo era tratado como “caso de polícia”.

Palavras-chave: trabalhadores urbanos; imprensa; Alagoas.

Abstract: During the 1950s circulated in Alagoas three major newspapers: *Diário de Alagoas*, *Gazeta de Alagoas* and *Jornal de Alagoas*. Besides these representatives of the “mainstream media” was the weekly newsletter of the Communist Party of Brazil (PCB): *A Voz do Povo*. Each one, in its way, was addressed in some way to the urban workers in Maceió. However, the question is: what is the scope of these vehicles and their integration into the working class? Moreover, it is necessary to understand the ideological basis of each organ, trying to understand the reason to seek an audience that until recently was treated as “polices case”.

Keywords: urban workers; press; Alagoas.

1 Esta é uma versão revista e ampliada de uma comunicação apresentada no VI Simpósio Internacional de História: Culturas e Identidades (ANPUH/GO), evento realizado entre os dias 28 de outubro e 1º de novembro de 2013 na Universidade Federal de Goiás (Campus Samambaia). Agradeço a Airton Melo, Lucas Porto e Rodrigo Costa pela leitura criteriosa. Obviamente, os equívocos são de minha inteira responsabilidade.

2 Aluno do doutorado em História Social da Universidade Estado de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Pulo (FAPESP). Graduado em História na Universidade Federal de Alagoas (2004-2008) e mestre na Universidade Federal de Pernambuco (2010-2012). Pesquisa os trabalhadores urbanos e os comunistas em Alagoas durante o período democrático (1945-1964), trabalhando com jornais, fontes policiais, entrevistas, processos trabalhistas e dados oficiais do Estado.

Pensei em meu lema preferido, rabiscado entre os grafites nas paredes do 'barraco' dos repórteres, em frente às delegacias em Manhattan, em 1964: "Toda notícia que couber, a gente publica".
(Robert Darnton)

Introdução

Robert Darnton trabalhou como jornalista antes de se tornar um renomado historiador. Não por menos, tem uma visão bem peculiar dos periódicos como fonte de pesquisa, com grandes doses de ironia.

O primeiro choque ocorreu em Newark, Nova Jersey, quando aprendi que a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu. Essa ligação me pareceu convincente, mas todos os dias encontro historiadores profissionais de ambos os sexos, adultos, em plena posse de suas faculdades, que tratam os jornais, como *repositórios de fatos em si, e não como coletâneas de relatos* (DARNTON, 1995, p. 18. Grifos meus).

Darnton não enxerga a imprensa como uma fonte simples, na qual podemos coletar os dados publicados, escritos no momento do acontecimento. Para o autor, o jornal, como qualquer outro documento, é um relato *sobre* um fato, escrito por um repórter muitas vezes a partir dos depoimentos das testemunhas presente, pois o jornalista nem sempre presenciou a ocorrência ao qual ele vai narrar.

Além disso, Darnton procura desnudar o cotidiano das redações dos órgãos de imprensa e começa fazendo uma analogia (crítica) entre repórteres e acadêmicos, pois muitas vezes eles escrevem uns para os outros: “os repórteres são os leitores mais vorazes, e precisam conquistar seu *status* diariamente, ao se exporem a seus colegas de profissão” (DARNTON, 1995, p. 72). Não apenas os colegas de profissão: o repórter precisa agradar seu editor e ter sua matéria publicada. Ainda segundo Darnton (p. 74), o editor procura incentivar seu repórter, principalmente quando é uma matéria pouco vistosa ou um simples fato cotidiano. Nessa mesma conversa, o editor “dá algumas pistas sobre o que lhe parece ser ‘a matéria’”.

Seguindo linha semelhante, Zicman (1985, p. 90) destaca o fato de a imprensa atuar “no campo político-ideológico”, sendo necessário que o pesquisador

trace primeiro “as principais características dos órgãos de imprensa consultados”. Para a autora, as matérias publicadas “denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação: todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio ‘filtro’”. Além disso, os jornais em si são pouco estudados, pois é costumeiramente utilizado como uma “fonte auxiliar” na pesquisa, “fazendo a informação valer por si mesma”.

Relato de terceiros sobre um evento, escrever para os colegas, visando principalmente agradar o editor, filtro político-ideológico. Diante de tantos “problemas”, é compreensível o receio dos historiadores com esse tipo de fonte. Mas não foram esses os motivos de ter demorado um bom tempo para que os periódicos fossem visto pelos historiadores como um documento em potencial. Por também serem considerados depósitos diários de fatos (um dos grandes inimigos das duas primeiras gerações dos *Annales*), “os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado”, sendo praticamente desprezados pelos historiadores (DE LUCA, 2008, p. 112). Afora todas essas questões, Tania de Luca destaca mais uma dificuldade: por conta de sua ampla variedade, não há uma metodologia própria para o uso de jornais como fonte de pesquisa histórica: “Assim, não é viável sugerir um procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que deem conta de tantas possibilidades” (Ibid., p. 141).

Tudo isso não foi suficiente e alguns pesquisadores resolveram encarar esses desafios.³ Principalmente aqueles interessados em pesquisar a história operária: foi nos periódicos que encontraram uma fonte rica, conforme já sinalizava Paulo Sérgio Pinheiro no final da década de 1970 ao prefaciá-lo livro de Maria Nazareth Ferreira:

A imprensa operária não é, nem a professora Maria Nazareth o crê, o oráculo que detém a explicação definitiva sobre as classes trabalhadoras no Brasil. Entretanto, não há nenhuma dúvida que, para esse quadro desaparecido do final do século XIX e do começo do século XX, a imprensa operária constitui a fonte privilegiada e indispensável. (...) *Os jornais fornecem generosas informações sobre a sociedade da época, as condições de vida (ou de sobrevivência) das classes subalternas, suas manifestações culturais.* Os numerosos jornais operários são assim o instrumento fundamental para a reconstrução da dimensão política da história social (FERREIRA, 1978, p. 12. Grifos meus).

3 Até porque, como lembra ZICMAN (1985, p. 89), “(...) para alguns períodos, a imprensa é a única fonte de reconstituição histórica”.

São essas informações que constituem toda a riqueza dessa fonte. Notícias sobre os bairros (moradia), esportes e cinema (lazer), aumento dos preços dos transportes e gêneros de primeira necessidade (problemas de carestia e custo de vida) etc., não esquecendo a cobertura da política nacional e local. Através desses e outros tópicos podemos adentrar no cotidiano dos trabalhadores, indo além do movimento operário e suas lutas, desafios, estratégias e vitórias.

Como vimos, Pinheiro faz referência ao período pré-Era Vargas. Os primeiros a utilizar os jornais como fonte para explicar os eventos posteriores foram os sociólogos e economistas, ainda nos anos 1960, quando iam até as gazetas em busca de dados econômicos (câmbio, produção e preços) e demográficos, além de informações “para analisar múltiplos aspectos da vida social e política” (DE LUCA, 2008, p.117). Os historiadores demoraram um pouco mais. Pelo menos desde meados dos anos 1980 resolveram pesquisar os trabalhadores na Era Vargas e na conjuntura de 1945 a 1964, “rompendo-se a tendência, antes majoritária, dos estudos sobre a classe operária concentrarem-se no período da chamada República Velha” (Ibid., p. 120). Com efeito, a produção no campo da História Social do Trabalho continua a crescer progressivamente (SILVA, 2008, p. 9). E para tanto, os periódicos passaram a ser uma documentação recorrente nas investigações.⁴

O meu propósito com esse texto é analisar como quatro jornais alagoanos que circulavam na década de 1950 (*Diário de Alagoas*, *Jornal de Alagoas*, *Gazeta de Alagoas* e *A Voz do Povo*)⁵ se dirigiam aos trabalhadores de Maceió. De início, traço um rápido perfil de cada um dos quatro periódicos e no final indico vestígios presentes em algumas edições que remetem de alguma forma aos operários, sinal

4 A lista de trabalhos que utilizaram os jornais como uma das principais fontes é imensa. Entre outros, Cf.: COSTA, Hélio da. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995. FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito – A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004. FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec / São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995. LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade*. São Paulo: Hucitec / Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

5 Dos quatro, apenas a *Gazeta de Alagoas* ainda está em circulação.

da inserção desses veículos entre a classe operária.

Jornais partidários

Início pelo único órgão de imprensa que não leva o nome do estado em seu título: *A Voz do Povo* foi o periódico oficial do Partido Comunista do Brasil (PCB)⁶ em terras alagoanas. Circulou durante praticamente todo o período de relativa democratização: entre 1946 e 1964, com um lapso entre os anos de 1948 e 1951 (MACIEL, 2007, p. 130). Não é difícil entender o motivo dessa lacuna: o PCB teve seu registro cassado em maio de 1947 e seus parlamentares legalmente eleitos perderam seus cargos em janeiro de 1948. Em Alagoas, o partido elegeu três deputados estaduais e um deles – André Panini – foi diretor do jornal nesses dois primeiros anos de funcionamento. Mesmo enfrentando uma conjuntura local completamente desfavorável,⁷ o jornal retorna em 1951 para ser completamente desmantelado e extinto apenas em abril de 1964, com o golpe civil-militar.



Logotipo da folha comunista.

Há uma quantidade considerável de edições disponíveis no Arquivo Público do Estado de Alagoas (APA), cobrindo os anos de 1954 e 1964.⁸ Ainda assim, para esses dez anos a coleção não é completa e homogênea. Entre 1954 e 1957 existem poucas edições. Já os anos de 1958 e 1961 são os mais completos. O único ano que não possui nenhuma edição é 1960.

A Voz do Povo chegava ao público aos domingos com quatro páginas

6 Apenas a partir de 1958 o PCB mudou o nome para Partido Comunista Brasileiro. O PCdoB, que herdou o nome antigo, só surgiu em 1962.

7 Amon de Mello, da União Democrática Nacional (UDN), era o então governador (eleito em outubro de 1950) e ferrenho opositor dos comunistas, perseguindo seus militantes e enviando constantemente a polícia para fechar a redação e oficina do jornal.

8 Em 2010 foi encontrada uma edição de 18 de fevereiro de 1951, anexada em um processo da extinta Junta de Conciliação de Julgamento de Maceió, à época pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco).

semanais.⁹ Ao menos tentava. Esse tipo de imprensa – operária e/ou de esquerda/comunista – sempre enfrentou dois tipos de diversidade: econômica e política (FERREIRA, 1978, pp. 104-105). Por ser um órgão impresso voltado quase exclusivamente para trabalhadores, a arrecadação com as vendas avulsas era bem escassa, afinal seu público alvo sempre lutou contra as dificuldades financeiras.¹⁰ Além disso, havia os empastelamentos: as oficinas eram constantemente invadidas pela polícia, as máquinas eram destruídas, o arquivo confiscado e os trabalhadores, na maioria das vezes, encarcerados. Os comunistas alagoanos só tiveram um período no qual puderam atuar mais livremente e sem sofrer perseguições: durante o mandato governamental de Sebastião Marinho Muniz Falcão (entre 1956 e 1961).

Segundo Maciel (2007, p. 143), a folha comunista abordava os mais variados temas e assuntos: a política (local, nacional e internacional) e as lutas e dificuldades sofridas pela classe trabalhadora alagoana eram o mote principal, passando pelo movimento estudantil e operário, destacando “às condições de trabalho nas fábricas, chegando às perseguições patronais e as lutas sindicais”. Além disso, publicavam um pouco de literatura, matérias sobre esportes locais e “a cultura política da cidadania e dos direitos trabalhistas”. Por fim, a terceira página era quase sempre dedicada aos escritos do Comitê Central do partido, sendo vários desses textos assinados por Luís Carlos Prestes.

A publicidade do jornal – outra importante fonte de renda – tomava metade da segunda página, além de eventuais propagandas espalhadas nas demais laudas. Essa tática de arrecadação começou a ser utilizada pelos comunistas apenas a partir de 1956. Antes, nesse espaço eram divulgados livros, revistas e jornais produzidos pelo PCB. Entre os anunciantes encontramos sapatarias, alfaiatarias, lojas de tecido, relojarias, casas comerciais, farmácias e padarias.

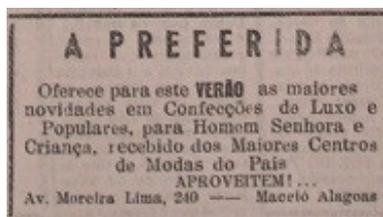
9 Em raríssimos casos, vinha com um suplemento de duas ou mais páginas.

10 Além dos problemas econômicos, uma parcela classe operária era analfabeta e dependia da leitura feita pelos companheiros para se informar, principalmente no período anterior a Era Vargas. Cf.: SILVA, 2010, p. 28.



Propagandas na segunda página de *A Voz do Povo* de 31 de dezembro de 1962.

Destaco ao menos dois estabelecimentos com anúncios em algumas edições de *A Voz do Povo*: o Hotel Atlântico e “A Preferida”. Aqui cabe uma rápida contextualização. Além de trabalhadores e sindicalistas, o PCB alagoano contava em suas hostes com uma gama considerável de comerciantes – algo bem comum no partido, diga-se de passagem –, principalmente em Maceió e nas cidades de Rio Largo e Murici. Em algumas poucas edições, frise-se, encontramos o anúncio do Hotel Atlântico, propriedade da família Miranda: os irmãos e dirigentes comunistas Jaime (advogado e jornalista) e Nilson Miranda (jornalista) eram filhos do dono do hotel (Cf.: MAJELLA, 2011). Por outro lado, “A Preferida” era uma loja de roupas localizada no Centro de Maceió, pertencente aos irmãos Péricles de Araujo Neves e Maria Augusta Neves de Miranda, ambos igualmente dirigentes do PCB alagoano – além disso, os dois eram os proprietários do prédio onde funcionou o jornal comunista por todo esse período.



Propaganda de “A Preferida” encontrada em várias edições de *A Voz do Povo*.

Surpreendentemente, foram poucas as informações que encontrei até agora sobre os outros três periódicos. As primeiras edições do *Diário de Alagoas*

disponíveis no APA são do segundo semestre de 1957.¹¹ Sua fundação pode ter sido em 1952, pois o cabeçalho de 1957 aponta que se trata do “Ano V”. Seu diretor era o então deputado estadual trabalhista Abrahão Fidélis de Moura¹² e o jornalista e político Djalma Muniz Falcão (irmão do governador Muniz Falcão) exerceu o cargo de secretário do jornal entre 1957 e 1966. Se a ligação e proximidade de Abrahão Fidélis e Djalma Falcão com o ex-governador não são suficientes, basta folhear o jornal para confirmar que se trata de um órgão pró-Muniz Falcão, com glorificações ao seu mandato (1956-1961), elogios aos seus aliados, ataques e defesas contra seus inimigos (em especial a *Gazeta de Alagoas*).

Com seis páginas diárias, só não circulava as segundas-feiras, algo corriqueiro à época. A primeira página era dedicada à política estadual, com a cobertura da gestão de Muniz Falcão, suas conquistas no plano federal (verbas, obras públicas etc.). Na terceira lauda temos os informes nacionais e internacionais e a quarta era inteiramente dedicada aos esportes locais. As notícias sobre os trabalhadores geralmente eram publicadas na sexta e última – exceto em algumas poucas ocasiões, às vezes saía algo na primeira página, como as comemorações do 1º de Maio e a visita de trabalhadores ao Palácio Floriano Peixoto (sede do governo).¹³

O espaço de publicidade era bem diferente se comparado a meia página do órgão comunista: as propagandas estão mais espalhadas pelas folhas do *Diário* e em alguns casos um único anúncio ocupava metade de uma página (por exemplo as propagandas da Lóide Aéreo Nacional). A partir de 1958, no final da segunda página, encontramos um espaço fixo para anúncios de profissionais liberais (médicos, dentistas e advogados em sua quase totalidade). Com efeito, a folha ligada aos trabalhistas alagoanos valia-se igualmente de outros meios de arrecadação além

11 Não há edições desse jornal no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), muito menos na hemeroteca da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

12 Nesse momento (1957), Abrahão Moura exercia seu segundo mandato na Assembleia Legislativa. Nas eleições de 1958 disputou, com sucesso, para a Câmara dos Deputados, reelegendo-se em 1962. Ainda em 1960 concorreu para o Governo do Estado pelo Partido Social Progressista (PSP), agremiação política de Muniz Falcão. Seu primeiro mandato para deputado estadual foi pelo Partido Social Trabalhista (PST) e o segundo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A maioria dos trabalhistas alagoanos nunca teve qualquer tipo de fidelidade partidária, com raras exceções. Sempre transitaram entre o PTB, PSP e PST.

13 As páginas dois e cinco, via de regra, trazia o complemento das matérias, expediente comum naqueles anos.

das vendas avulsas e assinaturas: encontramos muitos editais e notas de empresas como a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, do Serviço de Águas e Esgotos de Maceió e Federação das Indústrias do Estado de Alagoas. Curiosamente, uma mesma empresa anunciou nos dois periódicos: há propaganda dos Biscoitos Manguaba tanto no *Diário de Alagoas* quanto em *A Voz do Povo*.



Propaganda localizada no meio da primeira página de o *Diário de Alagoas*.

Segundo Zicman (1985, p. 91. Grifos meus), pelo menos até meados da década de 1950 os meios de comunicação brasileiros podem ser caracterizados como “pequenas empresas com capitais e negócios limitados e *gestão improvisada, primando por suas posições políticas*”.¹⁴ Essa é uma definição que se encaixa bem no perfil do *Diário de Alagoas*. Apesar do secretário ser jornalista, Abrahão Moura, o diretor, era comerciante e proprietário rural, com negócios ligados ao campo.¹⁵ A principal função desse jornal era o resguardo e a glorificação do governo Muniz Falcão, servindo também como espaço de defesa contra os ataques de seus adversários políticos. Ainda de acordo com Zicman, periódicos assim possuíam “características claramente políticas e apaixonadas, ultrapassando a simples função de ‘espelho da realidade’ (...)”.

Tão passional quanto o *Diário*, a *Gazeta de Alagoas* foi fundada em 1934 pelo pernambucano Luiz Silveira. Jornalista e político filiado ao Partido Social

14 A mudança mais incisiva acontece a partir de meados dos anos 1950, quando Juscelino Kubistchek assume a presidência do país. Seu lema “50 anos em 5” e todo clima modernizante e desenvolvimentista da época inspira os grandes jornais, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Cf.: BARBOSA, 2007, p. 149.

15 Essas e outras informações sobre as personalidades citadas nesse artigo podem ser encontradas em BARROS, Francisco Reinaldo Amorom de. *ABC das Alagoas – Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas*. Brasília: Edições do Senado Federal (vol. 62), 2005. A consulta também pode ser feita pela internet no seguinte endereço eletrônico: <http://www.abcdasalagoas.com.br>.

Democrático (PSD), chegou a ser suplente na Assembleia Constituinte de 1945.¹⁶ Não por menos, com o fim do Estado Novo e a reabertura política, a *Gazeta de Alagoas* estreita laços com a família Góis Monteiro, apoiando o governo de Silvestre Péricles de Góis Monteiro (1947-1951).¹⁷

Em 1950, a *Gazeta* fazia severas críticas ao grande inimigo dos Góis Monteiro no momento, o então deputado federal udenista Arnon de Mello, a quem o jornal se referia pelo adjetivo jocoso de “melífluo”. Para as eleições daquele ano, o periódico faz campanha em nível estadual para o então delegado do Trabalho Muniz Falcão, candidato a deputado federal pelo PTB, e vários outros candidatos trabalhistas, principalmente aqueles ligados ao PST de Silvestre.¹⁸ No campo nacional, a *Gazeta* pede votos e faz ampla divulgação em prol da candidatura de Cristiano Machado, que disputava a presidência da República pelo PSD.

Alguns meses após o pleito de 1950, o jornal fecha as portas por pouco tempo: em 1952 a *Gazeta de Alagoas* é comprada pelo governador Arnon de Mello, mudando radicalmente o caráter político da folha. Assim como aconteceria com o *Diário de Alagoas* poucos anos depois, a *Gazeta* torna-se praticamente o órgão oficial da gestão Mello. Em outras palavras, o jornal pouco mudou: apenas apontou sua mira para o lado contrário do cenário político alagoano. Silvestre Péricles e logo em seguida Muniz Falcão passaram a ser alvos de violentas críticas diárias em suas páginas.

Contudo, antes de criar a *Gazeta de Alagoas*, Luiz Silveira havia fundado em

16 Foi deputado estadual (uma vez) e federal (quatro vezes seguidas) nas duas primeiras décadas do século XX. Chegou a se reeleger para o quinto mandato, mas foi suspenso com as mudanças implementadas em outubro de 1930.

17 Em Alagoas, o PSD surge através do ex-interventor estadonovista Ismar de Góis Monteiro, irmão de Silvestre. Este se elegeu em 1947 pelo PSD, mas após desentendimentos com o irmão, migra para o Partido Social Trabalhista (PST). A partir desse racha, a *Gazeta de Alagoas* fica do lado de Silvestre, publicando várias críticas a Ismar.

18 Mesmo não sendo do PST, a *Gazeta* dessa época deu grande destaque a Muniz Falcão, fazendo várias matérias sobre sua atuação como delegado do Trabalho. O principal motivo disso se deve a aproximação entre Muniz e Silvestre Péricles. Muniz fora delegado do Trabalho durante a primeira metade da década de 1940, chegando a Alagoas através de Ismar, quando este era interventor. Deixou o cargo antes de 1945, muito provavelmente por desentendimentos com Ismar (essa hipótese ganha mais força ao analisarmos o clima eleitoral de 1955, quando Ismar é contra, desde o início, a candidatura de Muniz para o Governo de Alagoas). Falcão retorna ao cargo em 1947, quando o então governador Silvestre o traz de volta ao estado. Nas eleições legislativas de 1958, Silvestre foi eleito Senador por Alagoas, derrotando seu grande inimigo, Arnon de Mello. Podemos colocar boa parte dessa vitória na conta de Muniz Falcão, na época governador de Alagoas. O *Diário*, por exemplo, fez intensa campanha pró-Silvestre.

1908 o *Jornal de Alagoas*, que na década de 1950 era o mais antigo periódico em circulação no estado. Curiosamente, Silveira foi o primeiro a empregar o jovem Arnon de Mello em uma redação. Em 1933 Silveira deixa o *Jornal de Alagoas* e no ano seguinte funda a *Gazeta*. Nesse período, Arnon é correspondente da *Gazeta* no Rio de Janeiro e em 1936 assume a direção geral do *Jornal de Alagoas*.

Já na década de 1950, o *Jornal* fazia parte da rede dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Talvez por isso tenha se “afastado” um pouco de Alagoas: era a folha que mais se dedicava ao noticiário nacional. Tanto o *Jornal* quanto a *Gazeta* tinha suas primeiras páginas praticamente todas dedicadas às notícias políticas e econômicas dos governos Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Na campanha eleitoral de 1955, o *Jornal* fez ampla cobertura dos acontecimentos nacionalmente, publicando algumas notas, reportagens e entrevistas sobre o clima em Alagoas, quase sempre na sua sexta e última página.¹⁹

No campo político, o *Jornal* era partidário do PSD (partido ao qual Chateaubriand era filiado). Isso fica mais claro entre setembro e outubro de 1955: páginas inteiras pedindo votos aos candidatos pessedistas. Como em Alagoas o PSD não tinha postulante próprio, o periódico pediu voto para os candidatos da UDN de Arnon.²⁰

Em busca de leitores

Das quatro gazetas anteriormente descritas, três são da chamada grande imprensa e a outra pertence *diretamente* a um partido. Penso ser imprescindível apresentar algumas diferenças mais gerais da dicotomia jornal operário/partidário *versus* grande imprensa. Segundo Ferreira (1988, p. 6):

O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de

19 Assim como o *Diário* e a *Gazeta*, o *Jornal de Alagoas* só não era publicado as segundas-feiras. Aos domingos vinha com dois cadernos e 12 páginas em média. Durante a semana, eram apenas um caderno e seis páginas. As notícias locais sempre apareciam na última página.

20 O PSD local publicou uma nota em o *Jornal de Alagoas*, às vésperas da eleição, dando seu posicionamento para o pleito, afirmando que iriam apoiar e votar nos candidatos da UDN (*NOTA do PSD*. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 1 out. 1955, p. 6).

informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. *O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização.* (Grifos meus.)

Darnton (1995, p. 77) cita rapidamente as relações de poder existentes nas grandes redações, no qual o controle “do editor sobre o repórter, assim como o do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na maneira de redigir as notícias (...)”. Por outro lado, não podemos desconsiderar possíveis interferências editoriais do Comitê Central do PCB, por exemplo. *A Voz do Povo* não era um jornal imparcial, longe disso: “Neste tipo de imprensa [operária], não existe o mito da imparcialidade” (SILVA, 2010, p. 4). A diferença para essa questão reside no fato de os periódicos operários/partidários deixarem mais claro seu posicionamento ideológico, defendendo e divulgando suas ideias em suas páginas. E essa parcialidade deve ser levada em consideração (FERREIRA, 1978, p. 87).

Sobre essa dicotomia, Darnton chama a atenção para o fato de os jornalistas terem pouco contato com seu público/leitor “e não recebem quase nenhum retorno dele”. Os leitores não enviavam cartas às redações e os jornalistas eram (são) pouco conhecidos nas ruas, salvo raríssimas exceções. Logicamente, hoje em dia isto mudou bastante com a internet e sua dinâmica. Assim, fica difícil para o repórter criar uma “imagem” do leitor por não conhecer a fundo o seu perfil, ficando aquém das indicações do editor e do público-alvo geral do jornal.²¹ Aumentando ainda mais o “anonimato”, ainda segundo Darnton (1995, p. 81) o “público raramente lê o nome de quem escreveu a matéria” – lembrando que nos anos 1950, o nome do repórter não era publicado.

Para o caso dos repórteres que cobrem setores estratégicos – como ministérios ou palácios presidenciais – existem grandes chances de ele escrever suas matérias direcionadas as grandes lideranças (ministros, presidentes, governadores). Darnton extrapola em seu argumento, afirmando que o grau de “conhecimento” pode ser tão profundo que o repórter seria capaz até de imaginar a

21 “Talvez seja equivocado falar em ‘o público’ como se fosse uma entidade dotada de sentido, assim como não cabe, segundo os estudos de divulgação, pensar numa audiência de ‘massa’ composta por indivíduos atomizados e indiferenciados”. (DARNTON, 1995, p. 81)

reação do “objeto” ao ler a matéria. Temos um direcionamento claro disfarçado para um público mais geral (Ibid., pp. 81-82). Para Darnton, há a questão da proximidade entre observador e observado. Ou seja, há uma enorme possibilidade de o repórter adotar o olhar daquela pessoa ou instituição do qual faz a cobertura diária. Essa aproximação acaba por influenciar diretamente na sua escrita e percepção dos fatos.²² Não por uma simples manipulação maquiavélica e sim por uma afinidade cultivada com a convivência diária.

A manipulação aberta pode ter menos eficácia do que o cultivo de uma certa familiaridade amistosa durante um longo período de contato diário. Depois de mais ou menos um ano na mesma área, os repórteres tendem imperceptivelmente a adotar o ponto de vista das pessoas sobre as quais escrevem. Passam a compreender as complexidades da tarefa do prefeito, as pressões sobre os comissários de polícia e a falta de um espaço de manobra na área do bem-estar social. (DARNTON, 1995, p. 82)

Já a imprensa operária é necessariamente produzida por operários. *A Voz do Povo*, um órgão partidário, se encaixa *parcialmente* nesse perfil.²³ Osvaldo Maciel (2009, pp. 115-116), ao pesquisar os tipógrafos de Maceió no começo do século XX, demonstra essa aproximação:

Propomos a noção de imprensa operária como a de uma imprensa comprometida com os trabalhadores, isto é, como veículos impressos de divulgação constante de textos, ideias, eventos, notícias, etc. que contribuam na construção de uma identidade coletiva dos trabalhadores (ou de categorias de trabalhadores) e de sua representatividade legítima. Ora, esta noção implica uma necessidade de inserção – por mínima que seja – destes órgãos da imprensa entre os trabalhadores.

Uma característica bem comum da imprensa operária/partidária é a ausência de repórteres (SILVA, 2010, p. 22). *A Voz do Povo*, no entanto, possuía jornalistas

22 “Em um nível mais modesto, os repórteres policiais veteranos que dominam as salas de imprensa na maioria das delegacias desenvolvem uma relação de simbiose com a polícia. Em Newark, havia quatro velhos e rijos repórteres que tinham mais tempo de delegacia do que a maioria dos policiais. Conheciam todos os figurões da polícia: bebiam com os tiras, jogavam pôquer com os tiras, adotavam a concepção de crime dos tiras. Nunca escreviam sobre a brutalidade policial” (Ibid., p. 83).

23 “Não podemos deixar de citar também a imprensa vinculada a partidos políticos e sindicatos, pois, por vezes, torna-se até difícil desvincular estas da imprensa operária, já que, em geral, os objetivos são os mesmos” (SILVA, 2010, p. 19).

em sua redação, como os já citados irmãos Miranda, por exemplo.²⁴ Outro era o potiguar Tomislav Rodrigues Femenick. A polícia política de Alagoas o taxou de “jornalista de caráter subversivo”, prendendo-o dentro da redação “em franca atividade” em 1955, no derradeiro ano do mandato de Arnon de Mello. Na ocasião, Tomislav foi preso com uma “grande quantidade de jornal de caráter comunista, e em seu poder diversos documentos também de caráter comunista e boletins de propaganda de caráter subversivo” (Arquivo Público de Alagoas. Ficha sem numeração. Pasta 14, pp. 29-30.).

Apesar de contar com alguns poucos jornalistas em sua redação, *A Voz do Povo* igualmente se valia do expediente mais comum da imprensa operária para formular suas matérias e reportagens: “Eram as notícias que procuravam o jornal. As redações recebiam grande material de notícias, textos e repasses vindos do movimento operário, o que demonstra a ligação forte e interação entre o receptor e o emissor” (SILVA, 2010, p. 22). O advogado Rubem Ângelo, além de defender na Justiça do Trabalho vários sindicatos e trabalhadores de Maceió, também trabalhou na redação de *A Voz do Povo*. Em seu depoimento,²⁵ contou-me que os operários (principalmente das fábricas têxteis – as maiores de Alagoas) mandavam bilhetes e cartas para a folha comunista, relatando a situação no local de trabalho ou no bairro onde residiam. Por conta de sua profissão, Ângelo tinha um contato mais próximo com os trabalhadores e muitas vezes o relato era feito pessoalmente. Dessa forma, os comunistas tinham material para redigir as notícias e matérias a serem publicadas pelo periódico.

Mas afinal, como a imprensa alagoana se relacionava com a classe trabalhadora? Esses jornais estavam ao alcance [do bolso] dos operários? Um indício pode ser os preços de capa de cada um dos periódicos. No quadro abaixo temos a evolução dos preços de *A Voz do Povo*:

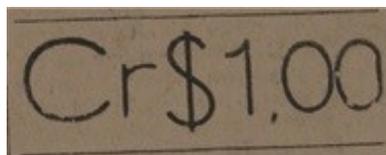
Ano	Valor
1951	Cr\$ 0,80
1954	Cr\$ 1,00

24 Jaime Miranda foi diretor do periódico em sua última fase, de 1953 até o golpe de 1964 (MACIEL, 2007, p. 130).

25 Entrevista realizada nos dias 10 e 11 de agosto de 2010.

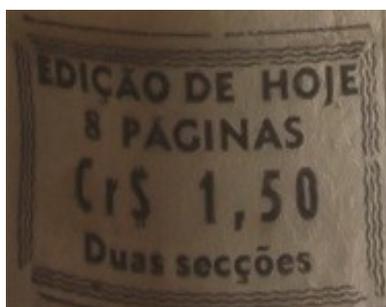
1959	Cr\$ 2,00
1961	Cr\$ 5,00
1964	Cr\$ 10,00

Como podemos observar, por quase toda década de 1950 a folha comunista aumentou apenas 1,20 cruzeiro. O grande salto acontece justamente nos anos 1960, período em que a inflação no país atingiu níveis astronômicos.²⁶ Para efeitos comparativos, vamos confrontar o preço de *A Voz do Povo* com os outros periódicos. *A Gazeta de Alagoas* em 1953 também custava Cr\$ 1,00:

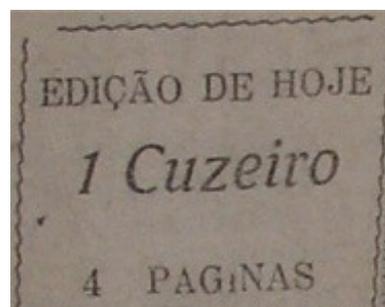


Edição de domingo, 25 de outubro de 1953, página 3.

Dois anos depois, em 1955, o *Jornal de Alagoas* era insignificamente mais caro do que o jornal do PCB.



Jornal de Alagoas, domingo, 6 de novembro de 1955.



A Voz do Povo, domingo, 11 de dezembro de 1955.

Como de costume, as edições de domingo vinham mais recheadas e esse detalhe vem impresso na folha dos *Diários Associados*: duas secções e o dobro de páginas em relação às quatro costumeiras oferecidas pelos comunistas.

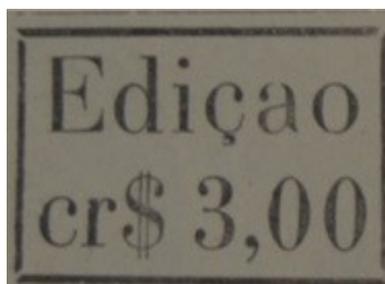
Como podemos supor, o grande concorrente do jornal do PCB entre os

²⁶ A bibliografia sobre a crise econômica do governo João Goulart é vasta. Entre outros, Cf.: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989; FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; GOMES, Angela de Castro e D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

trabalhadores era o jornal dos trabalhistas: o *Diário de Alagoas*, em 1957, custava Cr\$ 2,00. Entretanto, para o ano seguinte encontrei informações mais completas:



A Voz do Povo, sexta-feira, 3 de outubro de 1958.²⁷



Diário de Alagoas, sexta-feira, 3 de outubro de 1958.



Voz Operária, sábado, 18 de outubro de 1958.²⁸

Em 1958, os comunistas alagoanos continuavam a vender seu periódico pelo mesmo preço nos últimos quatro anos. Já o *Diário de Alagoas*, um cruzeiro mais caro em relação ao ano anterior, custava o mesmo valor de *Voz Operário*, folha pecebista editada no Rio de Janeiro.²⁹

Além de um custo-benefício menos convidativo, o periódico do PCB enfrentava duas enormes dificuldades: um sistema de distribuição precário e uma periodicidade sem garantias. Explicitei mais acima sobre o segundo aspecto. Passo agora para o método de vendas. De acordo com Maciel (2007, p. 132) “quando as edições estavam prontas, por exemplo, era montada a estratégia de vendas avulsas e distribuição aos assinantes”. Na imagem acima temos os valores das assinaturas de *A Voz do Povo*. Por exemplo: no pacote mensal cada edição custaria Cr\$ 1,25 (levando-se em consideração uma periodicidade completa dentro de um mês). “Os comandos de venda do jornal eram realizados aos domingos nos bairros de Maceió, e muitas vezes havia perseguição aos mesmos” (Ibid., ibidem).

27 A edição seguinte é a do dia 12 de outubro, um domingo. Por ser o dia da eleição, o jornal foi lançado em uma sexta-feira.

28 UNICAMP-IFCH: AEL EL J/0185.

29 O título “Voz Operária” nomeou inúmeros jornais operários por todo o Brasil. Esse dos comunistas tinha como colaboradores militantes conhecidos nacionalmente, como João Amazonas, Aydano do Couto Ferraz (editor), Pedro Pomar e Astrogildo Pereira.



Edição de outubro de 1958.

Além desses dois pontos de vendas fixos,³⁰ muitos militantes tinham como tarefa vender o jornal em seus bairros ou nos locais de trabalho (no interior do estado, era a única forma de se adquirir uma edição). A Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE) prendeu alguns trabalhadores apenas por estarem vendendo *A Voz do Povo*. Odilon Porfírio Gomes foi um dos encarcerados. Casado e com 40 anos de idade, Odilon era operário da Fábrica Alexandria (indústria têxtil localizada em Maceió) e militava na célula “Olga Benário Prestes”. “Agitador comunista”, foi preso no dia 4 de março de 1951 com uma “grande quantidade de jornais, pelo Dective Antônio Rodrigues Rocha. (jornal A VOZ DO Povo)” (Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 02, Pasta 17, p.41.).³¹ Em resumo, comprar uma edição de *A Voz do Povo* não era uma das coisas mais simples a se fazer em Alagoas durante os anos 1950 e 1960.

Algumas pistas demonstram que a grande imprensa alagoana não ignorava os trabalhadores, mesmo não sendo eles seu público-alvo. Se os políticos – até mesmo da UDN – não o faziam no período eleitoral (algo impensável até 1930), os periódicos não tinha razões para desperdiçar esses eventuais leitores. Por exemplo, em todas as edições de o *Diário de Alagoas* encontramos um quadro com os horários dos trens e ônibus intermunicipais e interestaduais. Para os militantes comunistas, esses trens eram a única forma de acesso a outras cidades de Alagoas.

30 O “mercado” a que se refere à chamada fica no Centro de Maceió, nas imediações do CEASA, bem próximo a vários bairros populares e periféricos – lotados de trabalhadores – da capital alagoana. O Cine Ideal, antigo cinema maceioense, fica nessas imediações. Algumas linhas de ônibus partiam ou fazem parada em frente ao antigo prédio do Ideal (atualmente encontra-se fechado) e até os dias de hoje é um dos locais mais movimentados da cidade.

31 Grafia conforme o original.

As fichas da DOPSE revelam essa interação entre os comunistas da capital e interior e a existência de grandes comitês municipais do PCB em duas importantes cidades (Penedo e Rio Largo) refuta a ideia de isolamento dos pecebistas.³²

Na *Gazeta de Alagoas* de 3 de outubro de 1953, temos como publicidade os produtos de três fábricas têxteis do estado (os brins e toalhas felpudas da Alexandria; os morins da São Miguel; e o bramante da Carmen). Nessa mesma edição existe um grande quadro do Serviço Social da Indústria (SESI), dirigido “Aos Trabalhadores da Indústria”. O anúncio informa que o SESI “está aparelhado a atender” as necessidades dos operários e os mesmos devem procurar o órgão para resolver “os problemas que lhes afligem”. Em um ato de mais pura benevolência, o informe deixa claro que “os empregadores alagoanos põem” a disposição da classe trabalhadora “por intermédio do SESI, os seguintes serviços”: médicos (incluindo pediatria, ginecologia e obstetrícia), odontológicos, raios-x, psiquiatria, farmácia, internação em casa de saúde, além de assistência jurídica, promoção de atividades culturais e esportivas e cursos de corte e costura (“para as operárias e filhas de operários (...) sendo fornecido às alunas todo o material necessário além do ensino gratuito”) e alfabetização de crianças e adultos.

No dia 27 do referido mês e ano, temos um edital de convocação para uma assembleia geral do Sindicato dos Estivadores de Maceió, uma das maiores e mais fortes entidades sindicais do estado. A convocação, feita pelo “presidente interino em exercício” José Honorato Alves, é dirigida “aos associados em pleno gozo de seus direitos sociais”. A assembleia seria realizada naquele mesmo dia, com primeira chamada às 8 horas da manhã e a segunda às 10 horas. O objetivo seria “discutir e aprovar” através de voto secreto a verba adicional “para o exercício financeiro de 1953, que será encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, para os devidos fins”. Pela data da assinatura, o edital é de 24 de outubro (SINDICATO dos Estivadores de Maceió. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 27 out. 1953, p. 5).

No *Diário de Alagoas* encontramos um leque maior e mais variado de matérias, anúncios e editais de interesse da classe operária. Na edição de 14 de

32 Cf.: MOURA, 2012.

julho de 1957 (um domingo), há um edital de convocação para um “Curso Prático de Legislação do Trabalho”, publicado pela Comissão Técnica de Orientação Sindical. Não há qualquer pista sobre a tal Comissão, mas o curso seria realizado na sede da Delegacia Regional do Trabalho e ministrado pelo bacharel Ortegal Jucá, advogado de alguns sindicatos de Maceió. Não por menos, o anúncio deixa claro que apenas “poderão ser inscritos no referido Curso trabalhadores sindicalizados” (COMISSÃO Técnica de Orientação Sindical. Diário de Alagoas. Maceió, 14 jul. 1957, p. 8).

Em 20 de novembro de 1958, a delegacia alagoana da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – o documento é assinado pelo delegado substituto, Joel Joaquim dos Santos – publicou um convite no *Diário*, invitando “os trabalhadores em geral, para uma assembleia geral extraordinária”, realizada cinco dias depois no Palácio do Trabalhador. O objetivo era “discutir os novos níveis de salários mínimos para o nosso Estado, junto com a comissão designada para esse fim” (CONFEDERAÇÃO Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Diário de Alagoas. Maceió, 20 nov. 1958, p. 5.). Além do convite, o jornal publicou algumas notas – inclusive no dia da assembleia – convocando não só os trabalhadores, mas também autoridades e jornalistas.

Porém, um edital merece um destaque especial. Publicado no dia 24 de outubro de 1957, convocava “os associados contando mais de seis meses ininterruptos de inscrição no quadro social e mais de dois anos de exercício na profissão” do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Maceió. Naquele mesmo dia – uma quinta-feira –, “das 14 às 20 horas” seria realizada “a votação no pleito para a eleição da diretoria, Conselho Fiscal e representantes da entidade no Conselho da Federação e respectivos suplentes”. Para ter direito ao voto, além de cumprir o período exigido, os filiados deveriam comparecer a sede do sindicato “munidos do recibo de quitação da mensalidade sindical, ou declaração do sindicato para supri-la”, juntamente com algum documento comprovando sua identidade: “carteira profissional, carteira de identidade, caderneta militar, carteira de Instituição de Previdência Social ou carteira sindical” (SINDICATO dos Condutores de Veículos Rodoviários de Maceió. Diário de Alagoas. Maceió, 24 out. 1957, p. 5). Quem assinou o edital foi o presidente do sindicato, o comunista Rubens Colaço

Rodrigues. Colaço foi um dos mais destacados e conhecidos militantes do PCB alagoano. Sempre ativo em seu sindicato, ajudou também a fundar os sindicatos rurais em Alagoas, além de outras inúmeras tarefas.³³

Infelizmente, para o ano de 1957 só existe uma edição de *A Voz do Povo* (setembro), não sendo possível sabermos se o mesmo edital também foi publicado na folha comunista. Cabe salientar que este tipo de nota “oficial” (editais, convites etc.) não eram publicados no periódico do PCB. Geralmente os comunistas publicavam matérias acerca de eleições sindicais, comunicavam as datas, locais de votação e documentação necessária, e várias notas lembrando dos eventos. A prática de divulgar editais era mais comum no *Diário*: encontramos também em alguns exemplares do jornal trabalhista pequenas notas convidando sindicatos e prefeituras a comparecerem a sede do *Diário*, com o objetivo de quitar suas dívidas por conta dessas publicações.

Considerações finais

Com efeito, a partir do governo Muniz Falcão o PCB alagoano teve ampla liberdade de atuação, chegando inclusive a fazer parte de sua gestão.³⁴ Se não há matérias fazendo qualquer tipo de referência aos comunistas no *Diário de Alagoas*,³⁵ essa aproximação aconteceu de outras formas. Havia uma interação, ainda que desigual, entre comunistas e trabalhistas.

No *Diário de Alagoas* são inúmeras as reportagens sobre eleições sindicais, visitas dos trabalhadores a sede do governo e do governador Muniz Falcão aos espaços operários, festejos de 1º de maio, inaugurações públicas em bairros populares e vilas operárias, divulgação das ações e benfeitorias do SESI e da Federação das Indústrias de Alagoas para com a classe operária, entre outros temas. Refletindo sobre a frase utilizada na abertura desse texto, Darnton conclui “que os artigos só são publicados no jornal se tiver espaço”. Por outro lado, a

33 Cf.: MAJELLA, 2010.

34 O cel. Henrique Oeste, conhecido militar carioca e comunista assumido, foi Secretário de Interior e Segurança Pública nos dois últimos anos do governo Muniz Falcão.

35 Por outro lado, encontrei no *Diário de Alagoas* a reprodução de alguns editoriais do jornal comunista.

mesma sentença “também podia estar expressando uma verdade mais profunda: as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia” (DARNTON, 1995, p. 96). Não podemos negar que o jornal trabalhista dedicava um espaço volumoso aos operários. E não podia ser diferente, tratando-se de um periódico ligado a herança varguista, ao PTB, PSP e PST.

Ainda assim, era em *A Voz do Povo* que os operários se encontravam (MOURA, 2010, pp. 159-183). Suas lutas, privações, dificuldades econômicas e sociais, seu lazer e espaços de convivência, sua organização: a cultura e o movimento operário era a pauta principal da folha comunista. Também não podia ser diferente. “Desta forma, mesmo em um país com altos níveis de analfabetismo, estes periódicos [operários] serviram de instrumento de organização e resistência dos trabalhadores brasileiros” (SILVA, 2010, p. 43). *A Voz do Povo* representava tão bem os trabalhadores porque era escrita, produzida, distribuída e lida pelos trabalhadores.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas – Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas*. Brasília: Edições do Senado Federal (vol. 62), 2005.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DE LUCA, Tania R. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 111-153.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- _____. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MACIEL, Osvaldo B. A. *A Voz do Povo – Um registro da esquerda alagoana (1954-1964)*. *Cabanos: Revista de História*. Arapiraca: v. 1, n. 4, 2007, p. 129-144.
- _____. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895 - 1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009.
- MAJELLA, Geraldo de. *Mozart Damasceno, o bom burguês*. Recife: Edições Bagaço, 2011.
- _____. *Rubens Colaço: Paixão e vida – A trajetória de um líder*

sindical. Recife: Edições Bagaço, 2010.

MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Fernando Teixeira da. Apresentação. *História Social*. Campinas: n. 14-15, 2008, p. 9-18.

SILVA, Shuellen S. P. *A imprensa operária em Alagoas: a história de A Semana Social (1917)*. 2010. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4º ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo: n. 4, 1985, pp. 89-102.